

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA TODOS

Maria Aline da Silva (autora)

Graduanda do curso de Pedagogia da FECLESC-UECE

Francisco Rafael Parente Torres (co-autor)

Graduando do curso de Pedagogia da FECLESC-UECE

Antonio Macelo Pereira Sousa (co-autor)

Graduando do curso de Pedagogia da FECLESC-UECE

RESUMO: A educação, entendida como um complexo social que tem no trabalho sua categoria fundante, historicamente vem sendo um reflexo das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária. Diante dessas transformações, ela vem se constituindo também como um instrumento que cada vez mais está atrelada ao modelo de desenvolvimento da sociedade, servindo, mesmo que com alguma autonomia relativa, como mola propulsora desse desenvolvimento. Entendendo que a Educação Profissional-Tecnológica está inserida nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a história da educação profissional no Brasil e entender o papel da mesma, especificamente, no contexto da Educação Para Todos, denominada EPT pelos Organismos Multilaterais. Para responder nossas inquietudes, o trabalho, que tem o caráter teórico-bibliográfico e documental, será desenvolvido ancorado nos pressupostos da onto-metodologia, método elaborado por Karl Marx que tem no materialismo histórico dialético a base de referência para a análise e compreensão da realidade. Calcado nesse método buscamos adentrar profundamente no fenômeno em estudo, desvendando o que há para além da aparência, e pondo em evidência a real ordem das coisas. Diante disso, buscaremos contribuir para uma melhor reflexão em torno da educação profissional-tecnológica.

Palavras-chaves: Educação, Educação Profissional-Tecnológica, Educação Para Todos.

1-Introdução

A educação, entendida como um complexo social que tem no trabalho sua categoria fundante, historicamente vem sendo um reflexo das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária e conseqüentemente das relações sociais construídas no seu interior. Diante dessas transformações, ela vem se constituindo também como um instrumento que cada vez mais está atrelada ao modelo de desenvolvimento da sociedade, servindo, mesmo que com alguma autonomia relativa, como mola propulsora desse desenvolvimento.

Diante desse contexto e dentro do que pretende nossa pesquisa, que é entender o papel da Educação Profissional-Tecnológica (EPT_b) no contexto da Educação Para Todos (EPT), se faz necessário em primeira instância, pela coincidência terminológica dos termos, alguns esclarecimentos no que diz respeito as suas definições.

Chamamos de EPT_b a terminologia que passou a ser utilizada pelos teóricos que discutem o assunto no Brasil, sobretudo os ligados ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da Educação Brasileira (MEC), que passaram a usar tal sigla para designar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No caso específico desta pesquisa, adotamos como pressuposto o entendimento de que sua definição como o processo educativo que traz no seu caráter histórico a característica de ser voltada às classes menos favorecida da sociedade. Vista como a

“educação dos pobres”, uma educação aligeirada, fragmentada e com uma débil formação intelectual, com a função única de formar mão-de-obra para atender a necessidade mercadológica do sistema capitalista, ou seja, preparar o indivíduo para perpetuar a reprodução do capital de forma acrítica. Com a influência do ideário neoliberal, fortemente propagado na década de 1990, essa função é cada vez mais posta em evidência, explicitando a estreita relação entre o mercado e a escola. Relação esta que aprofunda cada vez mais aquilo que chamamos de “mercantilização do ensino”.

Já a sigla EPT é utilizada pelos Organismos Multilaterais¹ - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), UNICEF, PNUD e Banco Mundial, principais organismos da Organização das Nações Unidas – ONU-, entre outras agências multilaterais para designar Educação Para Todos. Esta surge na década de 1990 (Ano Internacional da Alfabetização) na Conferência Mundial da Educação realizada em Jomtien/Tailândia, quando foi proferida a Declaração Mundial de Educação Para todos, que teve como meta revitalizar o compromisso mundial de educar todos os cidadãos até 2025.

A Conferência de Jomtien, sendo a primeira de toda a avalanche de conferências e fóruns mundiais e nacionais em torno da educação, representou, reconhecidamente, um marco no pensamento educacional contemporâneo. Entretanto, ao olharmos o outro lado da moeda, iremos perceber que acaba por mascarar as profundas contradições, ofuscadas pelo belo discurso de propagação de uma educação “ilusoriamente” para todos.

Sobre esse movimento, Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) afirmam que sua constituição além de contribuir com a expansão do mercado, enfraquece as possibilidades de uma luta revolucionária em prol de uma educação verdadeiramente para todos. O movimento de Educação Para Todos constitui, portanto, uma grande aliança entre governo, empresariado e organismos multilaterais, por meio dos quais o capital comanda e monitora o processo de reforma na educação, engendrado, em última instância, sob os interesses do sistema capitalista.

Entendendo a importância do contexto político, econômico e social para a compreensão do complexo educacional e a fim de compreendermos melhor esses termos que permeiam o universo educativo, é necessário que analisemos o cenário que se desenha em torno da propagação de uma Educação Para Todos. Passou a ocupar lugar de destaque na política neoliberal, alavancada principalmente nos anos 1990, o discurso de uma formação para todos, onde encontramos ao mesmo tempo um profundo descompasso entre o que se apresenta nessa defesa e o que é efetivamente entregue aos trabalhadores e seus filhos na forma de educação profissional, restrita aos fazeres da produção e, destarte, longe de uma formação integral nos moldes do marxismo.

¹ Também chamados de Organismos Intergovernamentais são aqueles que institucionalizam relações entre os Estados, em que os representantes nacionais são encarregados de defender, pelo menos teoricamente, não seus interesses individuais, mas interesses e políticas de seus países.

Para isso, necessariamente faremos um recorte temporal para melhor análise dos fatos e assim discorreremos sobre alguns acontecimentos importantes ocorridos entre as décadas de 1970 e 1990 e a influência destes para a educação.

O período do pós II Guerra Mundial, que traz como padrão de desenvolvimento o taylorismo-fordismo e credita suas forças no Estado de Bem estar Social, é vivido por muitos países como os *anos de ouro da indústria* ou os *trinta anos gloriosos do capital*, conforme a denominação de Hobsbawm. Esse período é caracterizado por um rápido e prolongado desenvolvimento econômico; traz resultados satisfatórios para a expansão do mundo capitalista, que agora então encontra condições mais favoráveis à sua organização. Entretanto, o fim da década de 1960 e início da década de 1970 põe fim a essa onda expansionista do capital, ao inaugurar uma crise profunda, que ao se alastrar no seu interior trava o ritmo de crescimento dos países industrializados e a própria estrutura do sistema capitalista.

Podemos afirmar, entre alguns outros acontecimentos, que dois fatores importantes estão na origem dessa crise e anunciam o fim da ilusão dos anos dourados do capital, são eles: a desregulamentação do Sistema Monetário Internacional, ocasionado pelo colapso do ordenamento financeiro mundial, que traz como consequência a decisão dos Estados Unidos de desvincular o dólar do ouro, rompendo com os acordos de *Bretton Woods*². Esse acordo estabeleceu o ouro-dólar como o padrão comum, referência a todas as economias ocidentais. O choque petrolífero³ (crises em 1973 e 1979), por sua vez, também é apontado pela literatura econômica, como outro importante fator que explica a crise.

As consequências dessa crise sem precedentes na história da humanidade são enxergadas não só na economia, como também recai na própria estruturação do Estado. Nesse período assistimos a falência do *Welfare State*⁴, modelo de Estado que por algum tempo atuou como agente organizador da economia, mas que diante da crise não mais conseguiu atender plenamente as regalias do capital. Com isso, vimos o mundo capitalista aprofundar definitivamente sua crise.

A fim de dar respostas exitosas às consequências postas pela crise o sistema lança uma estratégia crucial que, conforme avalia Netto e Braz, se articula sobre um tripé: “a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”, que

² A Conferência de Bretton Woods ocorreu na Inglaterra, em 22 de julho de 1944, e além de estabelecer um Sistema Monetário Internacional (SMI) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também teve como objetivo promover a cooperação internacional através das instituições monetárias, facilitar a expansão do comércio internacional e segundo Santos (2007), *como principal ponto de pauta, instrumentalizar o mundo para ajudar na reconstrução dos países derrotados na segunda guerra mundial* (p. 48).

³ Este tem início quando se percebe que o recurso natural em questão não era renovável, e diante dessa constatação óbvia (ou utilizando isto como pretexto) a Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP determina o aumento acentuado do preço do petróleo. Esse aumento consequentemente traz uma diminuição na procura pelo produto, um aumento da inflação e do desemprego, ocasionando a crise e até mesmo a falência de muitas indústrias consideradas tradicionais.

⁴ Também chamado de Estado de Bem estar Social ou Estado- Providência, o *Welfare State* se fundamenta na política econômica de Keynes, e se definiu como um tipo de organização.

configura o pontapé inicial da “restauração do capital” (2008, p. 214). Essa estratégia transformará largamente a cena mundial e passará a fazer parte da pauta da “nova ordem mundial”. Não obstante, ainda diante do cenário de crise, o capitalismo inicia uma busca desesperada por onde se ancorar, e sob o pó dos escombros do binômio taylorismo-fordismo, das políticas keynesianistas e do Estado Providência ele busca se redefinir e garantir sua eficiência.

No Brasil, a década de 1970 é permeada pela conturbação política vivida pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985) que traz como proposta educacional a concepção pragmática e tecnicista de que o ensino deve estar atrelado às necessidades imediatamente econômicas e exigências do mercado de trabalho. Tal concepção se fundamenta na *Teoria do Capital Humano*⁵, que percebe a educação como elemento indispensável ao processo de acumulação do capital, sendo também utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário. Essa concepção é traduzida pela Reforma Jarbas Passarinho, editada pela Lei nº 5.692 de 1971, que estabelece que “o ensino técnico e o de segundo grau passariam a ser um só, e, toda escola de ensino propedêutico passaria, também, a ser escola técnica, portanto, criando a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no segundo grau” (Santos, 2005, p. 6).

Ao tornar compulsória a profissionalização ao nível do 2º grau nas escolas públicas e privadas, a reforma do ponto de vista legal, elimina a dualidade histórica presente na educação (educação geral *versus* formação profissional). Entretanto, numa análise mais profunda desse complexo social, desvendará uma realidade completamente distinta. A verdadeira intenção dessa reforma na visão de Santos é revelada na tentativa de “adequar o sistema de ensino às novas transformações do mundo do trabalho e, é claro, a tentativa de inibir o ingresso dos filhos dos trabalhadores secundaristas ao ensino superior” (2005, p. 6). Portanto, tal reforma não deve ser considerada como o fim do dualismo educativo, mas a perpetuação do mesmo, uma vez que traz um distanciamento ainda maior das possibilidades de uma educação de qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Ao fim dos anos 1970 e início da década seguinte, esgotava-se politicamente sustentação da ditadura e iniciava-se um processo de retomada da dita democracia. Isso faz resultar numa reorganização e um fortalecimento da sociedade redemocratizada, que aliados a proposta de políticas educacionais cada vez mais sistematizadas faz com que o Estado brasileiro reconheça o retumbante fracasso que foi a política educacional, especialmente a educação profissionalizante. Diante disso, o governo assumindo a sua falha, promulga a Lei nº 7.044/82 que torna opcional a oferta de ensino profissional.

Enquanto que no cenário brasileiro se saboreava a volta da democracia, no cenário mundial se enxergava, como já disposto, uma busca frenética do sistema capitalista para se reestruturar e garantir sua perpetuação. Para que isso venha acontecer profundas transformações foram efetuadas na estrutura do Estado e da sociedade como um todo desenvolvida por Theodore Schultz nos anos 1960.

O novo arcabouço que se delineia está solidamente fincado sobre um tripé que sustenta e justifica a atual fase do capitalismo, a saber: a Globalização, no plano ideológico-cultural, o Neoliberalismo na leitura político-econômica da realidade e a Pós-Modernidade na via teórico-acadêmica. Juntas esse triângulo inaugura a “nova ordem mundial” encabeçada pelo sistema do capital (SANTOS; COSTA, 2012). Podemos afirmar que o elemento que possibilita essa sustentação é o Estado, que serve como base de equilíbrio, permite a viabilidade econômica e o funcionamento perene do acúmulo do lucro. É ele o responsável por criar as legislações necessárias para a execução das regras ditadas pelo sistema.

Não podemos deixar de mencionar que a década de 1990, além das grandes transformações econômicas e políticas, também foi palco de grandes discussões em torno da educação, onde esta é redescoberta como campo fértil de investimentos. Como exemplo da onda de acordos internacionais e nacionais que permearam essa década fecunda, enfocaremos de forma sucinta a Conferência Mundial de Jomtien, ocorrida na Tailândia, como já dito. Esse evento teve como principais idealizadores os organismos multilaterais UNESCO, UNICEF, PNUD E BM, que em consonância com o grande capital, serviu de prumo para o avanço das políticas neoliberais no campo da educação.

No preâmbulo da Conferência de Jomtien é proclamada a Declaração da Educação para Todos, objeto de discussão desta pesquisa, que teve como objetivo principal a universalização do ensino. De acordo com essa declaração era apregoado que a precariedade da educação nos países pobres se constitui como o grande empecilho para o desenvolvimento econômico e que somente por meio dessa universalização é que seria possível estabelecer as condições necessárias para a instituição de uma sociedade democrática, moderna, científica, industrial e plenamente desenvolvida. O que explica a necessidade de uma educação para todos. Diante disso, “os representantes do capital disseminam a ideia de que a educação pode contribuir para a construção de um mundo mais justo, mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro sem oferecer riscos de ruptura à lógica do mercado” (FRERES, *et al.* 2010, p. 36, grifo nosso). Cabe aqui abrir um parêntese para dizer que não há um mundo justo se este estiver sob a lógica da estrutura capitalista, uma vez que esta se baseia nas relações de desigualdade e exploração.

Tal constatação acentua cada vez mais o caráter redentor da educação propagado sob a égide neoliberal, onde aponta a educação como sendo a mola-mestra do desenvolvimento econômico, o instrumento de efetivação da democracia e a “cura” das desigualdades sociais postas pela estrutura contraditória e incorrigível do capitalismo.

Configurando o desenho do novo cenário educacional permeado por contradições, a educação assume uma nova conotação e dela é exigida mudanças nos seus papéis sociais. Atrelada à proposta neoliberal de desenvolvimento e diante da exigência do mercado competitivo em época de *globalização* econômica a educação passa agora a ser responsável pela (de) formação do trabalhador, não mais do trabalhador monotécnico do taylorismo-fordismo, mas de um *novo* tipo de trabalhador e de homem.

Assim, a educação muitas vezes deixa em segundo plano sua função principal que é proporcionar ao indivíduo a apropriação dos conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade e passa a ter como finalidade a mera preparação para o mercado de trabalho. Entendida como trampolim desse novo padrão de desenvolvimento econômico, a mesma passa a ser vinculada a possibilidade das pessoas terem acesso ao mercado de trabalho, e sendo permeada por esses princípios mercadológicos concretizam profundamente a coisificação da educação.

Atualmente com o aprofundamento da crise estrutural do capital iniciada ainda nos limiares da década de 1970, “o complexo da educação torna-se a principal estratégia ideológica administrada pelos organismos internacionais, que reconfiguram políticas e diretrizes de ensino, em âmbito mundial, sobretudo nos países pobres”, (Santos, *et al*, 2010, p. 157), onde se dissemina a falsa ideia de uma educação redentora, capaz de construir uma nova sociabilidade e por fim as desigualdades existentes.

No atual quadro da crise estrutural do capital, a educação e de forma particular a formação profissional, que passa a representar as “meninas dos olhos de ouro” do Estado, são reeditadas no plano ideológico, como estratégia de garantia da incontestabilidade do mercado, de manipulação da consciência do trabalhador, de adequação “passiva” deste na sua atual condição, o que em contrapartida garantirá mão-de-obra qualificada para a acumulação do lucro capitalista e indivíduos socialmente conformados.

Diante da discussão ora proposta, podemos concluir que o projeto de reestruturação do capital frente a sua crise estrutural coloca a educação como um dos seus principais campos de atuação. Embebido do discurso neoliberal a educação passa a ser atrelada ao mundo do trabalho, fornecendo-lhe a mão-de-obra necessária para manter seu *status quo*. Dessa forma, percebemos que há um profundo retrocesso no que se refere ao desenvolvimento das nossas políticas educacionais e das suas reformas, visto que jamais conseguiram eliminar a histórica dualidade da educação e muito menos universalizar o ensino de qualidade apregoado no discurso de uma educação para todos. O que pode ser enxergado ao longo da história.

É calcado nessa constatação, e afirmo de que os nossos leitores melhor compreendam a história da Educação Profissional, suas premissas e implicações, bem como os caminhos que percorreu, que optamos por registrar um breve histórico da mesma.

Podemos afirmar que os primeiros indícios da educação profissional, surgem após o descobrimento do Brasil, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, que além dos trabalhos pesados, passaram também a executar profissões manuais, ensinados a partir do aprendizado dos ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro e sapateiro. Neste momento foi caracterizada a educação que seria destinada, conforme ressalta SANTOS (2005), aos “órfãos de Deus” e aos “desafortunados da sorte”, nas palavras do então Presidente da República Nilo Peçanha.

Já entre 1840 e 1856, foram fundadas as casas de educandos artífices. Estas casas adotaram como modelo de aprendizagem o que existia nos ofícios militares:

hierarquia e disciplina, e tinham como objetivo, como já registrado, atender as camadas mais pobres da sociedade.

Segundo SANTOS (2005), até o início do século XX foram tentadas várias outras experiências, mas foi somente a partir de 1909 que o ensino profissional passou a ser responsabilidade do governo e as atribuições relativas a este nível de ensino passaram para o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Dessa forma, fica bastante visível a estreita ligação entre o ensino profissional e o desenvolvimento da economia, expondo o fato de como as políticas públicas são submetidas às vontades e exigências do mercado, provando como as demandas mercadológicas ordenam a educação brasileira.

É importante ressaltar que as primeiras iniciativas de uma formação profissional surgem no momento da ascendência da ordem capitalista principalmente com a expansão da indústria, quando o país precisava formar mãos de obra técnica, ou seja, força de trabalho para a produção e para o crescimento e acumulação de capital. Observemos o que escreve sobre essa problemática o professor Saviani:

o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. O saber é preciso, mas “em doses homeopáticas⁶”, apenas aquele mínimo para operar a produção (1999, p.161).

Com essa exigência, a formação profissional foi sendo organizada no interior do próprio aparelho produtivo, isto é, nas fábricas. Foi o arcabouço produtivo que passou a assumir o ensino profissionalizante como um sistema paralelo e independente da escola propriamente dita. Passa-se a conviver com um ensino bifurcado: de um lado a escola convencional, responsável pela educação da elite e extratos médios da sociedade, e do outro, o ensino fragmentado, aligeirado e imediatista voltado para as necessidades das fábricas. Esta opção prioriza ensinar ao trabalhador somente o que é necessário para a operação mecânica da produção. É o predomínio do que tão bem foi denominado de educação em contra-gotas.

É importante salientar que foi através da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que houve, meio que forçadamente, um aumento de escolas profissionalizantes no Brasil. Fato que ocorreu em função da dificuldade de importação deixada pela Primeira Guerra, o que acabou por obrigar a criação, mesmo que de forma embrionária, de um parque industrial em nosso país. Segundo SANTOS, “tivemos mais uma vez um momento histórico que obrigou o governo a se mobilizar através da política educacional gestada no Estado Novo” (2005, p.3). Diante dessa exigência, o poder público transforma as antigas escolas de aprendizes e artífices em Escolas Técnicas Federais, instituições responsáveis por ministrar um ensino destinado à formação de técnicos.

Ao estudarmos as políticas públicas expressa nas leis, é surpreendentemente o favorecimento à dualidade do ensino que é encontrado. Fica evidente a intenção ~~daqueles que dominam ideologicamente a sociedade~~, a preocupação em assegurar a ⁶Famosa frase de Adam Smith em relação a educação dos trabalhadores: “instrução para os trabalhadores, porém, em doses homeopáticas.”

manutenção do seu “*status quo*” e aumentar cada vez mais a distância entre ricos e pobres. Seria essa distância necessária para garantir a diferença de classe e com isso assegurar a supremacia social para a classe que cria as leis?

Na história da educação brasileira, o ensino médio, por várias vezes, encontra-se vinculado ao ensino profissionalizante, trazendo em sua origem a característica de servir como trampolim para o ensino superior em alguns casos e em outros de ser ponto final da escolarização. Isto é, em alguns momentos “se confunde e ao mesmo tempo se mistura como propedêutico e profissionalizante” (SANTOS, 2005, p. 01). Tal contexto pode ser mais bem compreendido mediante o conhecimento de algumas reformas importantes para o fortalecimento do ensino profissional no Brasil.

Na década de 1930 com a subida de Getúlio Vargas ao poder, o então denominado “Estado Novo” se apresenta como o autor de uma legislação caracterizada pela presença de duas reformas no ensino: a nova Constituição promulgada em 1937 as leis definidas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, chamadas de leis orgânicas do ensino ou como é mais conhecida, Reforma Capanema.

Diante de um contexto caracterizado por um fortalecimento da indústria, um poder estatal reformulado e a necessidade de uma força de trabalho qualificada, a constituição não apenas introduziu o ensino profissionalizante, como também manteve e aprofundou um explícito dualismo educacional, cristalizando a divisão entre pobres e ricos, lógica do Estado liberal-democrático, onde, segundo Ghiraldelli:

os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais ou, se quisessem insistir em se manter em escolas propedêuticas a um grau mais elevado, teriam de contar com a boa vontade dos ricos para com as “caixas escolares” (2009, p. 79).

Já as Leis Orgânicas cumpriram com os objetivos do “Estado Novo” que, segundo esse autor era “criar e ordenar um sistema de ensino profissionalizante” (2009, p.85). Entretanto, com a rápida modernização do parque industrial, não foi capaz de atender suas necessidades imediatas. A indústria exigia qualificação e mão de obra que o recente sistema público de ensino profissionalizante não poderia atender em curto prazo.

Diante disso, o governo estadonovista através da Reforma Capanema cria um novo ensino profissionalizante em paralelo com a rede pública: o Sistema 'S', que ao longo das décadas seguintes revelam a opção governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar mão-de-obra para o mundo produtivo. Data nesse contexto a fundação do SENAI e o do SENAC⁷ que por serem defendidos como mais ágeis e rápidos passaram a ministrar os cursos de formação de mão de obra, enquanto que o ensino oficial se ocupou apenas com os cursos de formação. Esse sistema paralelo, diferente do que acontecia na rede pública regular de ensino profissionalizante, caracterizava-se pelo fato de os alunos receberem um salário para estudar e iniciarem treinamento nas próprias empresas, o que para Ghiraldelli (2009, p.85), tornou “essas

⁷ SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, ambos fazem parte do Sistema “S” e se constituem como as principais agências de Educação Profissional. Foram criadas respectivamente em 1942 e 1946.

instituições, ao longo dos anos posteriores, mais atrativas para os setores mais pobres da população”. Conforme ressalta Romanelli:

a manutenção desse dualismo, ao mesmo tempo em que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade da sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas lhes fossem acessíveis” (2009, p.161).

Se nos apropriarmos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/61, veremos que as últimas linhas da afirmação acima, trazem uma importante ponderação. Reflexo dos princípios liberais vivos na era da “democracia” relativa dos anos 1950, muitos estudantes secundaristas, inclusive os de camadas populares, tiveram acesso ao ensino superior, que por efeito da LDB de 61, possibilitou, entre outras medidas, as condições de prestar vestibular a todos os egressos do secundário, independentemente de vierem de cursos profissionalizantes ou propedêuticos.

Mas como já debatido, com apoio nas leis, logo o poder hegemônico, na defesa dos seus interesses, procurou conter essa demanda, reencaminhando esses estudantes para o ensino técnico, dificultando-lhes mais uma vez, a oportunidade de cursar uma universidade sob o efeito da 2ª LDB, a lei nº 5.692/71. Desde 1966 já havia discussões no sentido de introduzir a profissionalização no ensino médio, essa lei veio justamente implementar a profissionalização neste nível de ensino, pondo em prática o grande sonho dos intelectuais da União Democrática Nacional (UDN) e por que não dizer, “a panaceia de alguns liberais e pessoas de esquerda” (GHIRALDELLI, 2009, p.108).

Gestada no seio do Regime Civil Militar e refletindo os princípios da Ditadura, a principal característica da LDB nº 5.692/71, também conhecida como Reforma Jarbas Passarinho, foi tornar o ensino profissionalizante obrigatório, além de estabelecer que todo ensino propedêutico passaria também, a ser escola técnica. Tal lei foi definida pelo governo como o instrumento que iria pôr fim ao dualismo na educação, uma vez que o ensino técnico e o então chamado Segundo Grau passariam a ser um só.

É possível perceber, no entanto, que há falhas em torno dessa unificação. Isso, porque ao se tornar profissionalizante, o Segundo Grau se encontra totalmente descaracterizado, pois não lhe foi dada as condições necessárias – faltava tanto recursos humanos quanto recursos materiais para transformar toda uma rede de ensino em profissionalizante. Além disso, o que se constitui para GHIRALDELLI (2009) como o maior equívoco da lei foi “quebrar a espinha dorsal do ensino profissional existente, que até então funcionava bem” (p.125). No entanto, é preciso indagar sobre qual lógica Ghiraldelli afirma o bom funcionamento do ensino profissional, o que não encontramos explícito na sua afirmação.

Diante desses fatos, essa lei foi vista por muitos como um fracasso, sendo que até mesmo o próprio governo assume sua falha ao promulgar a Lei nº 7.044/82, que torna opcional a oferta do ensino profissional, excluindo a obrigatoriedade do ensino profissional no ensino médio.

A partir da década de 1990, inicia-se um novo cenário na educação. Em torno dela há uma onda de discussões sem precedentes. Por outro lado, a educação

profissional, que apesar de está desvinculada ao ensino médio, não deixou de permanecer nos discursos dos dirigentes.

Estes se utilizavam de um discurso cínico de que o Brasil precisava adequar o seu ensino às suas exigências neoliberais, para acompanhar o desenvolvimento do novo mundo *globalizado*, com o objetivo de conseguir o seu intento, de mais uma vez levar a classe trabalhadora a um ensino profissionalizante. Como já foi ressaltado, com a aprovação da nova LDB, a Lei Nº 9.394/96, exclui-se de vez a presença de qualquer preocupação do ensino médio com a formação profissional. Por outro lado, estando o Estado desobrigado de oferecer essa formação, transfere essa responsabilidade às iniciativas privadas, o que segundo análise, “agudiza ainda mais o dualismo construído historicamente no sistema educacional brasileiro” (SANTOS, 2007, p. 108).

A origem dessa lei se encontra no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e está ligada a política do Estado mínimo, que sendo determinada pelos organismos internacionais, se encontra ferrenhamente influenciada por uma ideologia neoliberal, no mercado de trabalho, mediante uma formação aligeirada e fragmentada. Com a promessa de uma inserção rápida no mercado, essa formação acaba estimulando uma maior procura, e porque não dizer, uma adaptação às demandas do setor produtivo.

Essa mesma política é percebida no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), que além de garantir uma escola específica (separada) para o trabalho, cada vez mais permite que se abra espaço na esfera pública para a perpetuação da iniciativa privada, comprovando, desse modo, que o Estado mínimo defendido pelos neoliberais é na realidade um Estado que protege e garante o lucro para o capital. Para SANTOS (2007), isso nada mais é que um “triunfo de uma política em nome das necessidades do capital e em detrimento de uma possibilidade da construção de uma escola que poderia se aproximar, verdadeiramente, da educação para todos”.

3- Considerações Finais

Diante do exposto, é possível perceber que a educação profissional no Brasil, vem sendo historicamente uma educação voltada para a camada mais pobre da sociedade, ficando cada vez mais explícito o descaso das políticas públicas com a referida classe, como também o caráter histórico em servir aos interesses de uma classe privilegiada, aumentando ainda mais a desigualdade entre aqueles que trabalham e aqueles que exploram.

A educação brasileira, desde o momento em que a sociedade foi dividida em classes, passou a conviver com a característica, que se torna cada vez mais acentuada nos dias de hoje, de ser estruturalmente dualista. Para a elite e extratos médios um ensino voltado para formar intelectuais, formar indivíduos que futuramente se tornarão os dirigentes da sociedade; para os trabalhadores, um “ensino” fragmentado, aligeirado e imediatista, voltado unicamente para as exigências e necessidades do mercado, ou seja, um ensino para formar mão de obra e servir como instrumento de sustentação para

a supremacia do sistema capitalista. Com efeito, fica a cargo das escolas profissionais promoverem essa “educação”.

No entanto, é possível de se perceber o real interesse do Estado, que vem mascarado nas promessas de uma rápida inserção no mercado de trabalho através de ofertas de cursos profissionalizantes vida melhor aos filhos de trabalhadores. Além de obter mão de obra para dar continuidade ao acúmulo capitalista, o Estado ainda tem a oportunidade de conter os egressos ao ensino superior, ceifando-lhes o desejo de cursar uma universidade. Além disso, é possível perceber que o Estado a cada dia deixa brechas pra que o acúmulo privado se consolide ainda mais, ao invés de investir na qualidade das instituições públicas.

Em meio a tudo isso, a educação profissional passa a ser vista unicamente como a educação dos pobres, como um ensino que está a serviço do sistema, portanto, a serviço do Estado. E com a influência do ideário neoliberal, essa postura fica mais explícita, uma vez que a relação entre mercado e educação é cada vez mais estreita. Nesse contexto, muitas vezes a educação se transforma em mera mercadoria, havendo uma verdadeira “mercantilização” do ensino, além de ter que se adequar as exigências do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Governo e empresariado: a grande aliança em prol da educação para todos. In: JIMENEZ, Susana et. al. **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EDUECE/IMO, 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Neto. **Economia política**: uma Introdução Crítica. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1964-1985)**. 34ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 34. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Deribaldo. **A Problemática Histórica do Dualismo Educacional**: De Nilo Peçanha a Jarbas Passarinho. In: Encontro Regional sobre Formação e Prática Docente, 2005.

_____. **Graduação Tecnológica no Brasil**: crítica à expansão do ensino superior não universitário. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

_____. Políticas Públicas Neoliberais para o Ensino Profissional: como fica o CEFET/CE? In: JIMENEZ, Suzana Vasconcelos; SILVA, Marcus F. Alexandre da (Org.). **Políticas Públicas e Reprodução do Capital**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

_____; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise do capitalismo contemporâneo**. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.

_____; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das dores. Sorria! Você está sendo “educado para o trabalho”: uma análise crítica da expansão da graduação tecnológica brasileira. In: SANTOS, Deribaldo *et. al.* (Orgs). **Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo**. 2010.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como o princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.